

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
2º QUADRIMESTRE DE 2025
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 23/09/2025.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Segundo Quadrimestre de 2025, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do primeiro, segundo terceiro e quartos bimestres de 2025, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumprir informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei.

Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no primeiro, segundo terceiro e quartos bimestres de 2025.

1 – Análise de Comportamento da Receita

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, para o exercício de 2025, foi o montante de R\$ 76.400.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a agosto de 2025 foi de R\$ 51.716.997,49, tendo sido arrecadado, portanto, 67,69% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado < positivo > da receita patrimonial e transferências correntes, que atingiram respectivamente o percentual de realização equivalente a 94,67% e 66,78% da programação anual.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (A)	Realiz. no Período (C)	% (C/A)
1 – Receitas Correntes	R\$ 80.563.945,93	R\$ 53.883.424,46	66,88%
Receita Tributária	R\$ 7.847.109,24	R\$ 4.665.885,42	59,46%
Receita de Contribuições	R\$ 2.530.691,70	R\$ 1.142.447,98	45,14%

Receita Patrimonial	R\$ 7.050.604,17	R\$ 6.675.043,06	94,67%
Receita Agropecuária	R\$ -	R\$ -	0,00%
Receita Industrial	R\$ -	R\$ -	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 1.266.889,66	R\$ 846.070,68	66,78%
Transferências Correntes	R\$ 61.470.853,33	R\$ 40.207.552,51	65,41%
Outras Rec. Correntes	R\$ 397.797,83	R\$ 346.424,81	87,09%
2 – Receitas de Capital	R\$ 1.557.087,47	R\$ 869.161,35	55,82%
Operações de Crédito	R\$ -	R\$ -	0,00%
Alienação de Bens	R\$ -	R\$ -	0,00%
Amort. de Empréstimos	R\$ 336.353,14	R\$ 205.483,42	61,09%
Transfer. De Capital	R\$ 1.220.734,33	R\$ 663.677,93	54,37%
Outras Rec. De Capital	R\$ -	R\$ -	0,00%
7 - Receitas Correntes - Intraorçamentárias	R\$ 3.643.443,27	R\$ 2.713.629,57	74,48%
Total da Receita	R\$ 85.764.476,67	R\$ 57.466.215,38	67,00%
Deduções	R\$ 9.364.476,67	R\$ 5.749.217,89	61,39%
Receita Líquida	R\$ 76.400.000,00	R\$ 51.716.997,49	67,69%

Fonte: Contabilidade

O total das Receitas Correntes arrecadadas para o período considerado (janeiro a agosto), foi de R\$ 53.883.424,46. Esses valores realizados corresponderam a 66,88% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas patrimoniais e as transferências correntes, que figuraram, respectivamente, com 12,91% e 77,75% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o < **bom** > desempenho das metas, que apresentaram variação < **positiva** > em relação ao previsto para o período de 2025, correspondendo a 90,65% do valor arrecadado no exercício.

Conforme o balancete divulgado, a receita patrimonial atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 6.675.043,06, representando uma realização de 94,67% da projeção estimada para o ano.

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que totalizou R\$ 40.207.552,51, no período, correspondendo a 65,41% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação < **positiva** > referentes às transferências aos Estados e Municípios.

As Receitas de Capital foram arrecadadas em virtude da amortização de empréstimos, sendo arrecadado no período o valor de R\$ 205.483,42, sendo o mesmo montante revertido em investimentos nas mais diversas áreas do município, representando 61,09% do total previsto para o exercício.

2. Análise do Comportamento da Despesa

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, no período de janeiro a agosto de 2025, apresentou uma execução < inferior > à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total tem demonstrado um < superávit > na execução orçamentária de R\$ 2.624.454,07. Esse resultado < permite > confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

QUADRO 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

LRP, art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial		76.400.000,00
Previsão Atualizada		79.204.468,83
Receitas Realizadas		51.716.997,49
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		8.389.792,91
Deficit Orçamentario		
DESPESAS		
Dotacao Inicial		76.400.000,00
Créditos Adicionais		11.194.261,74
Dotacao Atualizada		87.594.261,74
Despesas Empenhadas		55.456.409,61
Despesas Liquidadas		49.092.543,42
Despesas Pagas		47.482.549,61
Superavit Orçamentario		2.624.454,07

Fonte: Contabilidade

3. Análise do Comportamento da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 609.751,42 (referente a operações de créditos – financiamentos BRDE, Banrisul e Finisa). Já as despesas com a Amortização da Dívida (valor principal da dívida), somaram o valor de R\$ 1.254.947,72 (referente amortização da dívida contratada – operações de crédito financiamentos).

4. Análise do Comportamento dos Investimentos

Os investimentos realizados até o 2º quadrimestre de 2025 foram no montante de R\$ 2.566.550,78, sendo destes R\$ 1.166.413,80 em equipamentos e material permanente, e R\$ 1.400.136,98 de obras e instalações.

5. Análise do Comportamento da Despesa com manutenção do Ensino

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (PAD), as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 1089/2018 e Instrução Normativa nº 07/2019, ambas do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram **R\$ 8.858.231,94**, o que corresponde a 28,82% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que no período avaliado o Município < **ficou acima** > do mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Particularmente no tocante ao FUNDEB, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi < **deficitário** > em relação a esses recursos. Assim, o < **perda** > foi < **deduzida** > nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Cabe ainda destacar que, de acordo com a Emenda Constitucional 108/2020, a da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 70% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 7.383.938,16 o que corresponde a 88,62% dos recursos do referido fundo << **ficando acima** >> do dispositivo legal supracitado.

6. Análise do Comportamento da Despesa com Saúde (ASPS)

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (PAD), atingiram o montante de R\$ 6.761.646,30, o que corresponde a 22,52% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o < **ficando acima** > do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

7. Análise do Comportamento da Despesa com Pessoal

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado do RS, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, e atingiu R\$ 25.804.528,16, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, **está < abaixo >** do limite prudencial de 51,30% apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 41,56% para o Executivo.

A Despesa de Pessoal total do Legislativo, também é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, e atingiu R\$ 758.881,84, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, **está < abaixo >** do limite prudencial de 5,70% apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 1,22% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida, nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 62.083.019,61.

QUADRO 5 – RESULTADO DAS DESPESAS PESSOAL EXECUTIVO E LEGISLATIVO

QUADRO 10 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F				
PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	25.804.528,16	41,56	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	758.881,84	1,22	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	26.563.410,00	42,78	57%	60%

Fonte: Contabilidade

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira **<foram>** plenamente atendidos, onde os limites Constitucionais de saúde, educação e FUNDEB até o momento também foram atendidos. Salientamos ainda, os mesmos continuam sendo acompanhados pelos órgãos responsáveis, para que sua utilização seja aplicada na sua integralidade, em observância a necessidade e realidade de cada área. Na questão de execução orçamentária verificou-se ainda, o total atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, obtendo inclusive um superávit orçamentário até o momento.

Gelson Miguel Scherer
Prefeito Municipal